



A FORÇA DA MULHER NA COMUNIDADE MAGEBRAS (MARAJÓ-PARÁ): AGROECOLOGIA, EMPODERAMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR

Brenda da Silva Salazar - UFPA¹
Taiane da Silva Santos - UFPA²
Isaneide Rocha de Souza – HBP³
Eunápio Dutra do Carmo - UFPA⁴

RESUMO

O presente trabalho foi realizado na comunidade Ribeirinha Magebras, no município de Breves, localizado na Ilha do Marajó, esta região é historicamente marcada pela exploração decorrente do ciclo da madeira, em um longo processo de desestruturação social e ambiental. Nessa realidade a atuação das mulheres é perceptível tanto na participação social das comunidades como também nas atividades de organização política. Com relação às iniciativas tomadas para o desenvolvimento dos trabalhos na comunidade para a formação da associação dos moradores e para dar início aos projetos de implantação de sistemas produtivos de caráter agroecológico, levando em consideração a posição social que a mulher ocupa, caracterizando dessa forma um olhar sensível que é necessário para a Agroecologia, porém não se pode afirmar que está é uma característica natural, mas que é resultado da relação existente entre homens e mulheres na sociedade patriarcal e capitalista. O objetivo deste trabalho é analisar a atuação das mulheres ribeirinhas na comunidade Magebras, a partir da conexão entre a agroecologia e empoderamento. Tendo como base os conhecimentos tradicionais presentes nas atividades como plantio de hortaliças e produção da farinha. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, entrevista semi-estruturada, e observações, bem como pesquisas bibliográficas que discutem sobre tema agroecologia e a inserção das mulheres neste campo. A escolha por este tema está vinculada à importância das mulheres para o desenvolvimento dos sistemas produtivos agroalimentares relevantes para a segurança alimentar e de caráter nutricional das famílias e da comunidade, no campo da agroecologia.

Palavras-chave: Agroecologia; Mulheres; Segurança alimentar.

INTRODUÇÃO

O direito à terra com dignidade e soberania é um direito à vida. Os povos e comunidades tradicionais sabem que esse direito é ancestral e, portanto, histórico. Nesses termos, a

¹ Discente no curso de Letras na Universidade Federal do Pará – Campus Breves, UFPA, Integrante do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (FACSS-CUMB/ UFPA), Brasil. E-mail: brensalazar201241@gmail.com

² Discente no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pará – Campus Breves, UFPA Integrante do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (FACSS-CUMB/ UFPA), Brasil. E-mail: taianefacss2017@gmail.com

³ Assistente Social no Hospital Beneficente Portuguesa. Integrante do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (FACSS-CUMB/ UFPA), Brasil. E-mail: ir.souza@gmail.com

⁴ Professor Adjunto do Curso de Serviço Social da UFPA-Campus Marajó Breves. Integrante do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (FACSS-CUMB/ UFPA) e do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM-UFPA), Brasil. E-mail: eunapiodocarmo@gmail.com

agroecologia é um movimento sociopolítico, cultural, ambiental e ético. As forças sociais que dele derivam são diversas, plurais e cósmicas. Uma dessas forças é das mulheres camponesas, quebradeiras de coco, coletadoras e, no caso aqui retratado, ribeirinhas e tantas outras que ocupam territórios dos campos, florestas e rios. Elas juntam-se aos demais trabalhadores dos territórios que, historicamente, travam lutas árduas que ultrapassam décadas, embates como, a desmistificação da marginalização dos povos tradicionais, a denúncia da hegemonia capitalista e dos grandes conflitos com latifundiários e do agronegócio. O conjunto dessas reflexões impõe a percepção que a presença das mulheres e homens são essenciais para as dinâmicas de enfrentamento e de proposições acumuladas. Foi desse conjunto que a agroecologia se constituiu como ciência, prática social e defesa de direitos. Para Duarte (2009, pág. 105):

[...] a agroecologia, como ciência e prática, utiliza princípios da agricultura tradicional camponesa e conhecimentos e métodos ecológicos modernos. A agroecologia entra, neste sentido, para fortalecer o desenvolvimento rural, fundamentando-se na perspectiva de "transformação da sociedade" para mudar as relações de produção no campo

Nesse contexto pode-se destacar o papel que as mulheres sempre desempenharam nos processos sociais, econômicos e culturais na perspectiva da zona rural em que sua importância não está limitada apenas aos trabalhos agrícolas ou não agrícolas, mas também ligada diretamente aos costumes, tradições e valores que as mesmas desempenham nos processos de fabricação de farinha, plantio de hortas, na pesca e na extração de recursos naturais de uso medicinal proveniente de saberes tradicionais (Carneiro, 2001).

O trabalho no campo desenvolvido pelas mulheres muitas das vezes é confundido com o doméstico em que as mulheres não recebem valorização, visto que essa desvalorização na maioria das vezes está ligada a ideia de que o papel da mulher perante a sociedade está relacionada inteiramente à maternidade e ao cuidado com o outro, ou seja, seu trabalho produtivo é subestimado, visto que entende-se que seu lugar de ocupação relaciona-se apenas a atividades domésticas, sendo necessário viabilizar o trabalho das mulheres principalmente no que se refere ao caráter produtivo desempenhado no campo da agroecologia.

Deste modo, para compreender os sistemas produtivos agroecológicos, é importante levar em consideração a posição que a mulher ocupa dentro da sociedade, tendo em vista que a mesma desempenha um olhar mais sensível, sendo necessárias para as atividades de produção neste campo, no entanto deve-se compreender que esta não é uma característica natural, mas que faz parte de uma relação histórica de dominação existente entre os homens e as mulheres Rosendo (2012, p. 107) esclarece sobre essa relação:

A lógica da dominação, conforme visto, é uma das características das estruturas conceituais opressoras. Tendo em vista que ela fornece a premissa moral para

justificar eticamente a subordinação dos “de baixo”, nas relações de subordinação, pelos de “de cima”, ela é basilar para as estruturas conceituais opressoras [...]

O homem é visto como o detentor da força necessária para o desenvolvimento das atividades produtivas em que a mulher é caracterizada como o gênero frágil e que a única atividade que lhe diz respeito está vinculada aos trabalhos domésticos como, cuidar dos filhos, cozinhar lavar roupas, fazer comida e entre outras tarefas que costumam ser designada às mulheres, e que ainda continuam sendo invisibilizadas pelo sistema econômico e culturais dominantes, havendo assim a exclusão das mulheres tanto nas áreas agrícolas quanto política e educacional (Bruschini.2009).

Esta discussão perpassa todos os âmbitos da sociedade, tendo em vista a inserção das mulheres no desenvolvimento de sistemas produtivos, superando assim a desigualdade neste campo de produção agroecológica, em que a participação das mulheres influencia, tendo como base os conhecimentos tradicionais presentes nas atividades como plantio de hortaliças e produção da farinha, observou-se nesse período de dois anos (2018 - 2020) de atuação, que as lideranças femininas possuem mais habilidades e facilidades em encontrar soluções de maneira geral frente às decisões da comunidade, visto que as mesmas assumem o papel de líderes tornando-se porta voz dentro da comunidade, ou seja, são as responsáveis por articular reuniões, propagar informações e por responderem por toda a comunidade, em que essa articulação e visão da própria mudança é um começo muito importante na luta dessas mulheres, como diz Sen (2010, p. 247):

[...] o papel da condição de gerente tem de concentrar-se, em grande medida, também no bem-estar feminino. Analogicamente, vindo pelo lado oposto, qualquer tentativa prática de aumentar o bem-estar feminino não pode deixar de recorrer às condições de agente das próprias mulheres para ocasionar tal mudança. Portanto, o aspecto do bem-estar e o aspecto da condição de agente dos movimentos feministas inevitavelmente apresentam uma intersecção substancial [...]

Sabe-se que as mulheres enfrentam diversas desigualdades em todos os âmbitos da sociedade, na Amazônia esta realidade não é tão diferente, tendo em vista a desvalorização dessas mulheres frente ao trabalho do campo, no entanto, as mesmas vivenciam barreiras no mercado de trabalho e na vida privada familiar o que acaba contribuindo para esta desvalorização. Segundo Lopes Neto *et al* (2015), a invisibilidade na mão de obras enfrentadas pelas mulheres acarreta em condições de trabalhos degradantes caracterizado pelo sistema patriarcal que acabam camuflando o protagonismo feminino e impedindo que as mesmas possam desempenhar o seu papel no trabalho e na produção de conhecimentos no campo da agroecologia.

O protagonismo feminino com seus desafios também é vivenciado nos territórios das águas, haja vista que ao desenvolverem atividades de caráter agroecológico, as mesmas não

estão apenas desenvolvendo um sistema que visa a produção sustentável e a geração de renda, mais também significa a luta e resistência para o bem de todos da comunidade, visto que a intensificação do agronegócio nas comunidades tradicionais tem promovido diversos conflitos frente a tomada de território e o desmatamento das floresta prejudicando o sistema de subsistência de uma comunidade inteira.

Nessa realidade, a atuação das mulheres ribeirinhas é perceptível tanto na participação social das comunidades como também nas atividades de organização política. Para chegar a tais discussões foram utilizadas metodologias que foram divididas em duas fases, a primeira se deu a partir de oficinas realizadas na comunidade ribeirinha Magebras/PA, oriunda de um trabalho de dois anos (2018-2020) realizado pelo Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas – RCR que busca promover cultura de direitos através da participação social que tem atuado junto à comunidade Magebras promovendo assessoria, sendo assim está deu encadeamento para a segunda fase que consiste nas observações realizadas durante as visitas de campo, assim como o emprego de entrevistas utilizadas para compreender a realidade da comunidade referente ao tema.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: ele inicia com uma breve apresentação dos principais conceitos a respeito do tema, em seguida apresenta em seu referencial teórico uma discussão que perpassa em 03 (três) subitens: o primeiro contextualiza as disputas socioeconômicas na Amazônia; o segundo analisa a realidade social da comunidade ribeirinha Magebras e o terceiro trata das experiências das mulheres ribeirinhas com os temas segurança Alimentar e Resistência, fazendo um análise teórica necessária para a compressão do artigo e por último finaliza com as considerações referentes ao trabalho desenvolvido na comunidade pelas mulheres ribeirinhas .

REFERENCIAL TEÓRICO

1.AMAZÔNIA MARAJOARA EM DISPUTA

A Amazônia caracteriza-se por uma densa região territorial marcada por diversas riquezas naturais com um ecossistema exuberante desde a fauna até a sua flora, sendo este palco de disputas internacionais e regionais, resultando em grandes mudanças tanto na sociedade quanto na economia, haja vista, que a dinâmica do mercado mundial altera os processos de produção e de uso da terra, visto que estas disputas advém de anos de conflitos iniciada com a chegada dos europeus no século XV e que marcam a formação territorial a partir do domínio português.

Este trabalho foi desenvolvido na Ilha do Marajó pertencente a denominada Amazônia Legal que é um dos maiores arquipélagos fluviomarinho do mundo, banhado pelo oceano

atlântico e pelos rios Amazonas e Tocantins, essa região é formada por 16 municípios que são distribuídos em duas regiões geográficas imediatas: Região Geográfica Imediata de Breves e Região Geográfica Imediata de Soure-Salvaterra, sendo assim essas duas regiões formam a Região Geográfica Intermediária de Breves. O Marajó possui aproximadamente mais de 500 mil habitantes em que 57% da população moram na zona rural, sendo que grande parte destes corresponde povos oriundos de comunidades ribeirinhas de acordo com o que é apontado no documento do Observatório do Marajó(2020), no entanto os aspectos demográficos apontam para um perenidade no que se refere a ocupação da região, retrato este que guarda relações com os traços políticos e sociais da sociedade colonial e que refletem na vida das populações locais.

O processo de ocupação marajoara, assim como as demais regiões da Amazônia, tem sua formação a partir de um aspecto multifacetado, visto que antes da chegada dos europeus esta região era lar de diversos grupos indígenas que habitavam este território, desta forma com a colonização este espaço passou a ser ocupado também por escravos muitos destes foragidos, mas também pelos processos socioeconômicos do século XX com a migração de nordestinos, maranhenses, entre outros grupos sociais brasileiros em busca de melhores condições de vida propagadas pelas campanhas de ocupação da Amazônia feitas pelo governo brasileiro, iniciadas com o ciclo da borracha. De acordo com Gonçalves A., *et al* (2016):

A “Grosso modo” esse processo histórico característico da formação territorial da Amazônia deu origem a um campesinato de várzea, cuja reprodução de seus territórios tem se baseado no uso múltiplo dos recursos, envolvendo agricultura, pesca, extrativismo de recursos florestais, caça, criação de animais de pequeno porte, além da bubalinocultura e do gado bovino, criados em pequena escala.

Dessa forma, as políticas públicas pensadas para a Amazônia perpassam através do desenvolvimento de programas desenvolvimentistas, voltadas para o acúmulo de capital de forma rápida, marcada pela produção intensiva, estas circunstâncias intensificam o processo de exploração dos recursos naturais, ou seja, ocasiona graves problemas ambientais, aliados a esse processo ocorrem uma desestruturação social, principalmente para os povos tradicionais oriundos desse território, tendo como consequência um histórico marcado por conflitos agrários, genocídios, grilagens de terra e chacinas.

Para Porto-Gonçalves (2015), a natureza vem sendo ressignificada, através da revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia, dessa forma, a mobilização social coloca limites na produção seja ela de caráter liberal-capitalista ou de caráter socialista, ou seja, não se pode socializar o modo de vida de forma individualista.

Nesse sentido as populações que residem na Amazônia são em sua maioria descendentes são de índios, negros e nordestinos dando vida e forma as comunidades tradicionais, grande parte dessas comunidades encontram em situação de vulnerabilidade, tendo em vistas fatores

socioeconômicos em que as suas práticas econômicas são provenientes de atividades extrativistas e de pesca, além disso pelo descaso ao direito de ter acesso a políticas públicas para melhores condições de vida, haja vista que as mesmas buscam resistir e permanecer em seus territórios. Para Macedo (2015):

[...] sua forma de exploração dos recursos naturais, que caracteriza e mantém o seu *modus vivendi*, se processa em íntima relação com esse saber e com o espaço, sentido por estes grupos como fator de identidade, local de pertencimento, onde eles reproduzem seus mitos e sua cultura.

Por essa razão essas comunidades têm os seus modos de vida vinculados a uma prática consolidada que é transmitida de geração para geração, além disso as duas atividades econômicas estão intimamente ligadas a uma relação de exploração simples dos recursos naturais para a sua subsistência o que acarreta em impactos destrutivos menores e de total respeito com a natureza.

Portanto, as comunidades tradicionais da Amazônia, especificamente na denominada Amazônia marajoara possuem um modo de vida diferente da realidade das populações urbanas, tendo em vista que sua organização social e econômica é distinta dos grandes centros, estes povos possuem uma abrangente relação com a natureza e é dentro desse sistema social que surgem práticas produtivas vinculadas ao campo da agroecologia o que lhes permite desenvolver uma economia solidária capaz de consolidar todos os seus processos de lutas por melhorias e acesso a políticas públicas .

2. MAGEBRAS: COMUNIDADE NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS

Durante um longo período a região marajoara foi palco de exploração principalmente durante o ciclo da madeira em que muitas empresas foram instaladas na região entre as principais pode-se citar a Mainardi, Robco, Madenorte e Magebras (Gonçalves A., *et al.*, 2016), em que esta última dá nome a comunidade estudada neste artigo.

O município de Breves, microrregião situada no sudoeste do arquipélago do Marajó, no estado do Pará com aproximadamente 103.497 habitantes, está entre os oito municípios marajoaras que ocupam o *ranking* dos 50 piores índices de desenvolvimento humano (IDH), inclusive o do município de Melgaço é o pior IDH do Brasil (IBGE, 2010). A Comunidade ribeirinha Magebras, está localizada às margens do rio Parauá, 1h de barco da zona urbana, nesta comunidade há em torno de 25 famílias, com uma população total de 100 pessoas, homens e mulheres que sobrevivem da venda e da troca que são extraídas da natureza, bem como benefícios do governo, como o bolsa família. Segundo os moradores, este nome foi intitulado pelos donos da empresa madeireira instalada nessas terras entre as décadas de 1970 e 1980, porém, não significa que antes dessa ocupação não havia pessoas morando ao redor ou até mesmo nessa localidade. Ressaltamos a importância de uma visão mais intrínseca sobre a

história que perpassa por diversos processos milenares, e que ratificam mesmo com toda essa jornada de disseminação da apropriação e expropriação dessas terras, e do discurso do vazio demográfico, omitindo toda uma trajetória de vidas humanas e ambientais.

Com a chegada dessas grandes madeiras, Breves se destacou entre um dos maiores produtores de madeira em tora no estado do Pará. Surgiram empregos, moradia e serviços básicos para os moradores, que porventura, com o fechamento destas, ocasionaram as mazelas, a desigualdade social, o descaso, a destruição, não só da terra, mas na vida de cada família. Mathis *et al* (2016) destaca:

Este movimento que marca uma inflexão do pensamento hegemônico, envernizado por ética de esquerda com palavras de ordem como justiça social, da solidariedade, filantropia e voluntariado com debates sobre equidade, capital humano, vulnerabilidade, exclusão social, ativismo ético e virtuoso (comunidades dotadas do capital social), funcionalidade do terceiro setor, sustentabilidade do meio ambiente e consciência social das empresas.

Esse movimento ideológico político, na qual o bem-estar social é pautado, parte do pensamento neoliberal, discurso este usado por agentes capitalistas, no intuito de conquistar a população mais simples, sabendo que nela a dificuldade de ter acesso às informações são mais difíceis, culminando para uma visão distorcida, fantasiosa, para esses ribeirinhos.

Um dos pontos importantes na reflexão desse fato são as iniciativas tomadas para o desenvolvimento dos trabalhos na comunidade Magebras, para a formação da associação dos moradores, processo este, ocorrido por etapas advindas das pesquisas dentro dessas comunidades, havendo assim o aprofundamento da realidade daqueles moradores para poder buscar formas e mecanismos que possibilitem construir dentro de seu próprio espaço o seu meio de sobrevivência de forma sustentável bem como, preservar sua identidade enquanto povos tradicionais marajoaras, e que a criação da associação seria uma forma de legitimar esses trabalhadores dentro de sua comunidade. As atividades desenvolvidas era no intuito de levar não só informações, para os moradores da comunidade, mas também para a população da cidade, fazendo com que haja essa troca de conhecimentos, das suas origens, suas trajetórias e experiências, e que assim possa ter, a efetivação de seus direitos, que haja uma renda justa, respeitando a natureza e a preservação do seu território e da vivência comunitária, que se concentram na resistência ribeirinha marajoara, diante das desigualdade social da hegemonia capitalista e a fragilização dentro dessas comunidades afetadas pelo “desenvolvimento desigual”, e que muitas pessoas desconhecem a realidade dessas comunidades que por anos sofreram e sofrem pelo descaso, a opressão e a marginalização por esse sistema, onde suas falas não conseguem ser alcançadas além dos rios.

O PRCR trabalha de modo didático, buscando estratégias junto com esses moradores, de forma comunitária, para a mudança dessa realidade. frente a esse trabalho à campo, observou-se a articulação das mulheres na vila Magebras, na qual muitas contam que se sentiram fortalecidas e seguras para opinar e se inserir em um grupo que engloba a todos na comunidade, após as reuniões, exposições e rodas de conversas, que abordam vários assuntos como, os direitos básicos, o empoderamento feminino, agroecologia, cultura e dentre outros, essas mulheres também se prontificaram em ir nas casas dos moradores para levar as informações debatidas e para que todos estivessem cientes dos acontecimentos e planejamentos para melhoria comunitária. Essas mulheres foram determinantes em suas ações frente a ação coletiva, em que suas tradições tiveram riquíssima importância nesse aspecto, por conta das suas experiências, por exemplo, com plantas medicinais, na delicadeza e cuidados no plantio e cultivo, entende-se que o papel da mulher desempenhada no campo da agroecologia é de extrema importância, bem como, o despertar para que oportunidades sejam dadas a esse gênero, tendo em vista que esta tem a capacidade de proporcionar o empoderamento através da preservação da natureza, o trabalho de forma sustentável e alimentar, fortalecendo a autonomia de todas as mulheres envolvidas em um processo de transformação social.

3. MULHERES RIBEIRINHAS, SEGURANÇA ALIMENTAR E EMPODERAMENTO SOCIAL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA.

A luta das mulheres pelo reconhecimento e igualdade de gênero perpassa de geração em geração. Muito já se conquistou, porém, ainda há muito caminho pela frente. E o desafio de ser mulher ribeirinha é ainda maior pela luta em garantir cada dia mais espaços de atuação nos campos políticos e de decisões, fazendo com que seja desmistificado o “legado” do trabalho não produtivo, conforme cita Matos & Reis (2018, p. 1256):

(...) as atividades produtivas das mulheres são consideradas extensão de suas tarefas domésticas e, o homem é, por sua vez, considerado o agricultor e a mulher sua ajudante. Dessa forma, as limitações referentes ao gênero feminino restringem a ação da mulher no espaço público e, portanto, no mercado de trabalho e nas instâncias do poder.

Deste modo, é de suma importância que essa forma de pensamento seja desconstruída, devido às mulheres contribuírem de forma significativa na produção local, obtendo lucro do trabalho, garantindo a sobrevivência da família. Além disso, a mulher possui a sensibilidade de perceber a importância de garantir à família uma alimentação adequada e de qualidade, conforme cita Pacheco, (2016):

O papel das mulheres continua também sendo invisibilizado ou contestado mesmo quando elas assumem uma posição de liderança. No entanto, a busca de novas alternativas de alimentação e transformação dos alimentos, visando o enriquecimento da dieta alimentar, e geração de renda, com a diversificação dos sistemas alimentares e processos de transição da agricultura convencional para a agroecológica, de forma

recorrente tem sido de iniciativa das mulheres. Mas ainda se vê pelo país casos de violência patrimonial por parte dos maridos que jogam veneno em suas plantações por discordarem de sua decisão.

O tema da segurança alimentar é decisivo no protagonismo feminino da agroecologia. Angola e Oliveira (2018) expressão essa força política ao comentarem sobre IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e manifestar a integração envolvendo comida de verdade, direitos e agroecologia. A defesa de direitos dos povos do campo, da floresta e das águas. Nessa direção, um dos principais objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ainda segundo Pacheco (2016), é garantir a articulação de “programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e protejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade”. Desta forma, é fundamental fomentar práticas de atividades no campo, valorizando as peculiaridades locais, respeitando o trabalho e importância da participação das mulheres.

Nesse contexto, observa-se que a atividade desenvolvida na comunidade ribeirinha Magebras, mostra uma realidade não muito diferente da realidade das mulheres brasileiras. Apesar dos grandes índices negativos que recaem sobre essa região, faz-se necessário o fortalecimento das potencialidades locais. De acordo com o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Marajó elaborado para subsidiar o PPA (Plano Plurianual) 2016-2019, elaborado pela FADESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará), mostrou que a região do Marajó possui destaque para atividade madeireira, 2ª na produção de açaí e abacaxi. Desta forma, acredita-se que tais potencialidades são riquezas que devem ser vistas como estratégias de fortalecimento da comunidade local.

Para que isso possa acontecer, outro ponto que deve ser levado em consideração, é a questão de formação e empoderamento das mulheres da comunidade. Para tanto, a inserção no Movimento de Mulheres é de grande relevância pois, é nesse espaço que muitas mulheres descobrem e se reconhecem enquanto um ser de direitos, um espaço que proporciona outras formas de aprendizado e conhecimento como demonstrado em depoimentos de mulheres

“É muito mais fácil para as mulheres irem em um encontro que vai aprender a cozinhar, a fazer artesanato ou qualquer coisa. Elas vão ter o apoio do marido para isso. E elas vão lá e voltam com as mesmas ideias (...) não mudam a consciência. E o movimento de mulheres tem esse outro lado, quem vai volta diferente, volta pensando diferente. (...)” (SEAD,2016).

“Acredito que o movimento discute não só as questões das mulheres, mas ele discute a economia solidária, a agroecologia, a questão social. Não só o direito ou saúde da mulher. Discute desde a relação do espaço local até o global, de como a política faz diferença na vida da gente. (...)” (SEAD,2016)

A mulher inserida em grupos de formação é uma forma de resistência à exploração histórica a que a mulher foi submetida, educada para uma criação de submissão, de concessão e conduzida a educar as gerações a este pensamento. De acreditar que por ser do “sexo frágil”, não poderia pegar no cabo de uma enxada ou estar em cargos de chefias e contribuir para o crescimento do espaço no qual está inserida, sem ser coagida a ter como única opção ou alternativa de cuidar dos filhos e do lar. Acredita-se que através do trabalho de formação contínua as mulheres terão condições de continuar na luta por espaço, reconhecimento e visibilidade da importância do seu trabalho para o crescimento da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a força das mulheres nos processos de produção agroecológicos, observa-se que as mesmas desempenham um papel importantíssimo de desmistificar uma percepção clara da invisibilidade intrínseca a elas em decorrência de um sistema patriarcal que lhes restringem a uma visão apenas do cuidado com o lar. É notório que as atividades proporcionadas através de experiências de produção sustentável, tem permitido uma onda crescente de mulheres dentro do cenário político, contribuindo para o empoderamento das mulheres, na luta por direitos e autonomia

Dentre todos os aspectos observados e analisados na comunidade Magebras, que perpassam os seus processos e sua trajetória que corresponde ao início e término da empresa madeireira nessa vila, cuja análises foram feitas através do PRCR compreendeu-se o empoderamento das mulheres da comunidade só reafirma a força, luta e resistência dos povos das comunidades tradicionais, em especial os povos da Amazônia marajoara.

Todavia, é necessário destacar que o processo de conquista por espaço e voz dessas comunidades ribeirinhas devem ocorrer de forma constante, em que ao se articular para desenvolver um sistema de geração de renda agroecológico essas comunidades necessitam ter acesso a informações e políticas públicas que possam atender às suas necessidades e lhes proporcionar melhores condições de vida e visibilidade.

Dessa forma, entende-se que a ao se desenvolver um sistema voltado para a agroecologia não se coloca em pauta apenas a geração de renda sustentável, mas também está focando no processo de fortalecimento da cultura tradicional, pois, é a partir desse conhecimento que se pode construir mecanismo de apropriação de poder para estas comunidades ribeirinhas, além disso por meio desse sistema é possível produzir alimentos que se enquadre no desenvolvimento da segurança alimentar, sendo estas uma aliada na luta por

desigualdade em todos os âmbitos da sociedade o que permite melhores condições de vida para essas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA, C. OLIVEIRA, L. **Rios da memória das mulheres da agroecologia** – IV ENA - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Edição: Verônica Pragana. 2018. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2018/06/03/rios-da-memoria-das-mulheres-da-agroecologia/> . Acesso em: 30 de março de 2021.

BRUSCHINI, M. C. A. **Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93-123, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0639136.pdf>. Acessado em 11 de março de 2021

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. Biblioteca Virtual. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/carnei2.htm>. Acessado em 11 de março de 2021

Gonçalves, A et al. **Marajo**. In: **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia** / organizador: Fábio Alves. – Brasília: Ipea, 2016.

Gonçalves, Carlos Walter Porto. **Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região**. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 107 | 2015. Disponível em : <http://journals.openedition.org/rccs/6018>. Acesso em: 11 de março de 2021

DUARTE, Luciana Rodrigues Ramos. **Transição agroecológica: uma estratégia para a convivência com a realidade semi-árida do Ceará**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2009.

MACEDO, Anne Greice, S.R. **As Comunidades Tradicionais e o Último Desenvolvimentismo**. Revista de Direito e Sustentabilidade. Minas Gerais, v. 1,n. 2 , p. 179-195 Jul/Dez. 2015.

MATHIS, Adriana, A. **Desenvolvimento, neodesenvolvimentismo e impactos sobre o trabalho na Amazônia brasileira**. Novos Cadernos NAEA v. 19, n. 1, p. 259-252, jan/abril 2016

MATOS, C. C.; REIS, M. E. **Educação de mulheres ribeirinhas no município de Breves.** Rev. Bras. Educ. Camp., Tocantinópolis, v. 3, n. 4, set. /dez., p. 1249-1267, 2018. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1249>. Acesso em: 21 de março de 2021

O Marajó com Coronavírus e a Pandemia da Desigualdade. Campanha de Comunicação Ribeirinha: **Égua Do Corona.** Observatório do Marajó. 09 de setembro de 2020. Disponível em: www.observatoriomarajo.org/wwwlute.semfronteiras.org. Acesso em: 25 de fevereiro de 2021

ROSENDO, Daniela. **Filosofia ecofeminista: Repensando o feminismo a partir da lógica da dominação,2012.** Disponível em: http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/4_ROSENDO,D.%20Filosofia%20ecofeminista.pdf. Acesso 15 março de 2021.

SEAD. **As sementes.** 1 vídeo (31 min). Publicado pelo canal,2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CCZcOCcm-9Q>. Acesso em: 21 de março de 2021

SEN,Amartya;KLIKSBURG,Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar:** a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras,2010.

SIIS – **Sistema de informações de indicadores sociais do Estado do Pará.** Abrangência: Breves. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>>. Acesso em: 11 de março de 2021

PACHECO, Maria Emília. Por **Direitos e Soberania Alimentar: falam as mulheres!** Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/por-direitos-e-soberania-alimentar-falam-as-mulheres/>. Acesso em: 21 de março de 2021

Pará. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Documento de Referência para Elaboração do PPA 2016-2019/Secretaria de Estado de Planejamento.** Diretoria de Planejamento. 43 p.: il. Belém, SEPLAN, 2015.